

# PROBLEMATIZAÇÃO DO FEMINISMO INTERSECCIONAL: O LUGAR DAS PESSOAS TRANS(GÉNERO) NO BRASIL E EM PORTUGAL

**Liliana Rodrigues,**

*Nuno Santos Carneiro & Conceição Nogueira*

## Introdução

Neste trabalho serão discutidas as transexualidades, a partir de diferentes referenciais teóricos e políticos que têm conferido às abordagens trans novas e progressistas inteligibilidades (e.g., feminismos, interseccionalidades, feminismo negro, feminismo trans). Neste sentido, falar-se-á de feminismos interseccionais e a sua importância para a compreensão das transexualidades.

De que se fala quando se discute o feminismo interseccional? Onde começou? Como surgiu? Como se foi construindo? Para responder a estas questões, começar-se-á por abordar o feminismo negro, porque se reconhece que foi esta corrente do feminismo que deu início à problematização sobre o modo como diferentes sistemas de opressão se têm intersetado e que conduziu, inclusive, ao alargamento do sujeito político do feminismo (o qual passou a transcender a configuração mulher-branca-heterossexual-burguesa<sup>1</sup>) (Nogueira, 2013). Posteriormente, discutir-se-á dentro do campo das identidades de género e das orientações sexuais não normativas as possibilidades de negociação entre políticas identitárias e políticas interseccionais.

---

<sup>1</sup> Este conceito é usado tendo em conta os feminismos da primeira vaga, nos quais as mulheres que reivindicavam os seus direitos eram essencialmente brancas, heterossexuais e com recursos socioeconómicos mais avultados. Não quer isto dizer que o combate ao sexismo não se fez noutros contextos históricos; porém, essas lutas particularizaram o sujeito político do feminismo, contrariando a ideia de uma configuração única, unívoca e homogênea de se “ser” mulher.

## 1.1. O feminismo negro: “o despontar” da interseccionalidade

Historicamente, o coletivo feminista negro “*Combahee River Collective*” (1974) inaugurou a discussão sobre a “simultaneidade de opressões” (à época, ainda não designada por interseccionalidade) (e.g., Nogueira, 2013; Platero, 2012; Rodrigues, Carneiro & Nogueira, 2015). Este coletivo procurou destacar o facto de as opressões de classe, género, “raça” e sexualidades serem simultâneas e estarem inter-relacionadas (*Combahee River Collective*, 1977/2012; Nogueira, 2013; Platero, 2012), considerando que o produto destas interseções se transforma nas condições concretas da vida das pessoas (*Combahee River Collective*, 1977/2012). Por exemplo, a condição concreta de discriminação de uma mulher branca e heterossexual será diferente da experiência de uma mulher, negra e lésbica. Ainda segundo o mesmo coletivo, o feminismo negro deveria ser subsidiário do movimento feminista que o precedia e deveria, nessa conciliação, permitir combater, de forma mais concreta, as discriminações múltiplas (Duclos, 1993; Fredman, 2005; Grabham, 2006; Grabham, Cooper, Krishnadas & Herman, 2009) ou desigualdades múltiplas (Puar, 2007) e interseccionadas que enfrentavam (e enfrentam) algumas mulheres negras nos EUA.

As experiências de discriminação das mulheres negras não serão auscultadas, de forma acurada, se analisarmos as dimensões racial e de género separadamente, já que tais experiências adquirem uma realidade complexa através da interseção, pelo menos, destes dois eixos de desigualdade (bell hooks<sup>5</sup>, 1981; Crenshaw, 1991/2012; Knapp, 2005; Yuval-Davis, 2006; Ferree, 2009). Por exemplo, inúmeras mulheres negras são pobres, com trabalhos precários, e estão responsáveis pela prestação de cuidado a terceiras/os. Estas situações derivam de opressões de classe, género e racial que colocam as mulheres negras em situações de maior vulnerabilidade social, nomeadamente, no acesso ao emprego e à habitação (Crenshaw, 1991/2012; Davis, 1981/2004).

O *Combahee River Collective* (1977/2012) criou um manifesto feminista negro onde inscreveu quatro grandes temas mobilizadores de discussão: (i) a génese do feminismo negro contemporâneo;

---

5 A autora usa as iniciais do seu nome em minúsculas propositadamente.

(ii) as suas políticas ideológicas; (iii) os problemas na organização do coletivo e a sua breve história; e (iv) teoria e praxis do feminismo negro. Estes temas são foco de atenção nas linhas que se seguem.

Em primeiro lugar, a constituição da corrente feminista negra acontece na segunda vaga<sup>3</sup> do feminismo, no final da década de 1960, a partir do momento em que o movimento feminista ensejou a invisibilização de outras opressões, nomeadamente as decorrentes do racismo e do classismo (bell hooks, 1981; Davis, 1981/2004).

Bell hooks (1981) refere que a socialização racista e sexista que não reconhecia “feminilidade” às mulheres negras levou a que as mulheres negras fossem desconsideradas da e na sua própria “feminilidade”, assim como levou a que a “raça” fosse considerada como a única pertença relevante de identificação. Aquela autora, ela mesma feminista negra, vem a designar o “silêncio da opressão” – um profundo silêncio engendrado pela resignação e aceitação do próprio destino das mulheres negras. É também bell hooks quem salienta a condição de impossibilidade das mulheres negras lutarem pelo combate ao sexismo se a estas não lhes fosse reconhecida “feminilidade” como um aspeto importante da sua identidade.

Atenda-se, por exemplo, a Sojourner Truth: ex-escrava, nascida Isabella, em Nova Iorque (1797-1883), que descreveu numa conferência em Akron, Ohio, a representação social da mulher como sendo frágil e delicada, possuindo pouca força física, num enquadramento que tende a conferir inferioridade à “mulher”, a universalizar as experiências deste grupo e a desconsiderar a diversidade que é característica de tal grupo. Uma vez que a experiência concreta de vida de Sojourner Truth a colocava numa situação muito diferente (negra e escrava) das mulheres brancas e burguesas, questionou se também ela seria uma mulher (bell hooks, 1981)<sup>4</sup>.

---

**3** Adota-se a designação de vagas definidas por Gisela Kaplan (1992). Esta autora referiu a existência de três vagas no movimento feminista que acomodam diferentes períodos temporais.

**4** No sentido de criar resistência e potenciar a visibilidade das experiências das mulheres negras e pobres no movimento feminista, foi criada a Organização Nacional de Feministas Negras, em 1973, em Nova Iorque (EUA).

O feminismo negro estadunidense colheu inúmeras influências do movimento de libertação negro, mormente entre 1960 e 1970, que decorreram de o facto de muitas feministas negras integrarem este movimento no sentido de combater a opressão relacionada com as questões da “raça”/etnicidade. No entanto, estes movimentos também silenciaram a experiência concreta das mulheres negras, levando-as a criar um movimento de resistência (feminista) que combatesse, de forma interseccionada, a opressão racista e sexista (Platero, 2012).

Com efeito, para muitas mulheres negras, a questão do racismo era central nas suas vidas, principalmente devido à história do movimento antiesclavagista, levando a que muitas delas tivessem dificuldades em analisar, de forma interseccional, as suas experiências a partir de uma perspectiva que incorporasse o combate ao racismo e ao sexismo. As feministas negras estadunidenses problematizaram a sua situação económica, referindo que – apesar da maioria das mulheres negras pertencer aos estratos sociais baixos da economia nacional – algumas delas acederam à educação e ao emprego a partir de medidas afirmativas (também habitualmente designadas como ações afirmativas)<sup>5</sup>. As feministas negras deste coletivo posicionaram-se, assim, num radical combate ao racismo, ao sexismo, ao classismo e ao heterossexismo, adotando e desenvolvendo políticas interseccionais face a estes eixos de opressão (Davis, 1981/2004).

Em segundo lugar, o coletivo feminista negro construiu as suas ações a partir de um posicionamento de valorização das mulheres negras e da sua necessária libertação. Nenhum outro movimento feminista ou antirracista nos EUA tinha priorizado e/ou legitimado até então as experiências de discriminação das mulheres negras ou tinha contribuído para erradicar este tipo de opressão<sup>6</sup>. Efetivamente, quem endereçou o combate à opressão que têm estado sujeitas as mulheres negras (em particular, nos EUA) foi o próprio movimento feminista negro (estadunidense).

---

5 No Brasil, estas medidas afirmativas permitiram que muitas pessoas negras pudessem aceder ao sistema de ensino (superior).

6 Importa salientar que este contexto estadunidense serviu de exemplo para muitas feministas fora dos EUA. Por exemplo, no Zimbabué, Nehanda Charwe Nyakasikana, líder da I Chimurenga, participou na revolta contra o regime colonial, em 1896. Nehanda Nyakasikana é considerada um ícone de resistência nacional (Primorac, 2001). Outro exemplo de mulheres líderes no continente africano é Nana Yaa Asantewaa (1880-1900), que fez um apelo às armas das mulheres negras com vista à libertação do Gana (na altura Ashanti) contra o colonialismo britânico. A “raça”, a classe e o sexo/género foram, no seu conjunto e na sua interligação combativa, armas de luta para um apelo geral à liberdade (Boahen, 2010; Brempong, 2000).

O coletivo feminista negro também se assumiu como socialista, referindo que uma revolução socialista sem um compromisso feminista e antirracista não contribuía para a efetiva libertação das mulheres negras. Este movimento propôs uma articulação entre o movimento feminista, antirracista e anticlassista para o combate a qualquer tipo de discriminação.

As feministas negras rejeitaram (e continuam a rejeitar) qualquer tipo de opressão sexista e têm vindo a considerar problemática a redução da opressão a determinismos biológicos. As mulheres têm sido discriminadas não por terem nascido com uma vagina ou com quaisquer outras características anatómicas socialmente entendidas como “das mulheres”, mas porque a construção de género de ser “mulher” as inferiorizou, estando ancorada num sistema que estabelece o masculino como “o superior” (Amâncio, 1994; Nogueira, 2001). Em vez de rejeitar potenciais aliados/as, o coletivo feminista negro questionou (e continua a questionar) se uma política progressista é aquela que rejeita todas as fontes de opressão que as mulheres enfrentam.

As lutas feministas e antirracistas têm um passado histórico separado: por um lado, o facto de o feminismo da primeira vaga não ter desenvolvido preocupações com as implicações do racismo; por outro, uma ausência de questionamento no seio do movimento antirracista sobre as implicações do sistema patriarcal na reprodução da opressão sobre as mulheres. Estas dinâmicas de exclusão mútua constituíram um problema bastante complexo para as mulheres negras e dificultaram o desenvolvimento de um discurso político de libertação e emancipação destas mulheres (bell hooks, 1981; Crenshaw, 1991/2012).

Dito de outra forma, historicamente os movimentos feministas e os movimentos antirracistas criaram agendas políticas que - ao defenderem as mulheres (no caso movimentos feministas) e os/as negros/as (no caso movimentos antirracistas) - foram-se tornando mutuamente exclusivos, isto é, as feministas defendiam as mulheres brancas de classe média e o movimento antirracista defendia os homens negros. Este facto invisibilizou as experiências de discriminação das mulheres negras, tendo-as relegado para um “lugar de ninguém” destituindo-as, por isso, de discurso político (bell hooks, 1981; Crenshaw, 1991/2012)<sup>7</sup>.

---

7 Por exemplo, algumas correntes feministas da primeira vaga do feminismo ao tentarem combater a violência de género, generalizaram as experiências de opressão das mulheres negras, reproduzindo opressão e marginalização sobre estas mulheres. Adotaram políticas globais, como se estas representassem todas as mulheres. No entanto, a responsabilização desta opressão, não se circunscreve aos/às feministas. O movimento feminista com a sua pluralidade tem feito um grande esforço de mobilização e luta para combater o sexismo. Exige-se mais de quem não tem poder, do que de quem tem responsabilidade de facto: os sistemas e estruturas institucionais concretas que promovem as opressões (Crenshaw, 1991/2012; Nogueira, 2013).

A separação de ambos os movimentos prendia-se com o posicionamento de alguns/as ativistas do movimento antirracista que defendiam a não inclusão do feminismo na sua agenda política. Referiam, inclusive, que as questões de género têm representado as mulheres brancas e, por conseguinte, são desnecessárias as suas discussões no movimento antirracista. Outros/as ativistas sustentaram que a população negra deveria defender-se do feminismo, negando que a violência contra as mulheres seria um problema na e da população negra. Estas posturas inviabilizaram qualquer possibilidade de reconhecimento da violência de género nas populações negras. Além disso, referiram que qualquer esforço para politizar as mulheres negras contra a violência de género seria uma forma de acrescentar problemas no movimento antirracista (Crenshaw, 1991/2012). Neste sentido, o movimento antirracista evitou discutir temas que fugissem às questões raciais, que pudessem, de alguma forma, reforçar os estereótipos sobre a população negra. Raramente se discutiram os corolários desta invisibilização para as mulheres negras (bell hooks, 1981; Crenshaw, 1991/2012).

Para o *Combahee River Collective*, os homens negros poderiam ser seus aliados na luta contra o racismo, ao mesmo tempo que as mulheres brancas poderiam ser suas aliadas na luta contra o sexismo. Referiam que estas alianças eram necessárias, mas a libertação e a emancipação das pessoas oprimidas requeria a destruição de outros sistemas de opressão, nomeadamente do classismo e do heterossexismo (Solá, 2013).

Em terceiro lugar, este coletivo teve inúmeras dificuldades para se organizar e se assumir como feminista em determinados contextos. Uma das maiores dificuldades de organização foi o facto de este coletivo, desde o seu início, ter tentado combater um conjunto de opressões que não estavam isoladas ou separadas entre si. Além disso, não detinham um conjunto de privilégios raciais, de género, de orientação sexual e de classe que as pudessem colocar às mulheres deste coletivo numa situação de menor opressão. Algumas mulheres podiam reconhecer o peso do sexismo e do racismo nas suas vidas; porém, nem sempre conseguiam lutar pela erradicação de ambos os sistemas por uma questão de sobrevivência.

Para o coletivo feminista negro, o debate sobre quais as diferenças que as mulheres incorporam e que as colocam numa situação de maior vulnerabilidade social não é um debate abstrato e insignificante. Mais do que falar apenas de diferenças fala-se de relações de poder que se organizam em complexos sistemas de opressão e privilégio. Por exemplo, no que respeita à violência de género, o problema não se trata apenas de referir que as mulheres brancas dominam o movimento feminista

por serem diferentes das mulheres negras, mas que as mulheres brancas ao terem relações de poder sobre as mulheres negras invisibilizam-nas e, por conseguinte, determinam quais os recursos materiais e simbólicos que são necessários para combater o sexismo. Sem integrar nesses discursos as diferenças raciais e os impactos dessas diferenças nas políticas públicas e no combate ao sexismo que vivem não só as mulheres brancas, mas também outras mulheres, nomeadamente as mulheres negras, o combate ao sexismo não se torna efetivo.

Segundo o feminismo negro, incorporar numa determinada política pública as interseções a outros sistemas de opressão não é uma reivindicação menos importante, num contexto de violência de género, esta é uma questão de tal maneira central que pode determinar precisamente quem sobrevive aos sistemas de opressão a que efetivamente as mulheres estão sujeitas (Crenshaw, 1991/2012; Platero, 2012).

Por último, o manifesto feminista negro menciona um conjunto de ideias e projetos no próprio movimento. Uma das grandes questões que o mesmo manifesto sublinha é o facto de existir racismo no seio do movimento feminista. O combate ao racismo exige mais do que um conhecimento superficial das histórias de opressão sobre as pessoas negras; requer uma revisão das visões individuais sobre o mundo e o reconhecimento dos lugares de privilégio, tal como requer o reconhecimento de lugares de opressão. O manifesto feminista negro sustenta que só é possível eliminar qualquer tipo de discriminação quando se assume, de base e de princípio, que não há hierarquias de opressões no seio de um grupo (Nash, 2008; DeFrancisco & Palczewski, 2007; Coll-Planas, 2012; McCall, 2005; Nogueira, 2013). Compreende também que é fundamental a realização da crítica e da autocrítica constante das próprias políticas e das suas práticas. Mais, reconhecem que é um trabalho árduo, que, se fosse de outra forma, não estariam a falar de um processo progressista.

Em suma, algumas feministas negras alertaram para o facto de que as políticas identitárias que tentaram combater a violência contra as mulheres não contribuíram, em si mesmas, para erradicar a situação de opressão das próprias mulheres negras, porque esta leitura não tinha sido feita de forma a visibilizar as suas experiências concretas. Estas feministas alertaram, assim, para a importância de conhecer o impacto da estratificação racial nas mulheres (bell hooks, 1981; Crenshaw, 1991/2012; Davis, 1981/2004).

De forma complementar, as feministas negras também referiram que as agendas antirracistas não serão progressistas se continuarem a invisibilizar a violência intrarracial perpetrada por muitos homens negros. As implicações destas marginalizações fazem com que as mulheres negras se sintam isoladas, quer pelas manifestações políticas de suporte de outras mulheres, quer do próprio movimento antirracista, mantendo a invisibilidade das práticas agressivas e muitas vezes mortais contra estas mulheres, impossibilitando-as de reconhecerem qualquer referencial de apoio para agir face a estas opressões (bell hooks, 1981; Crenshaw, 1991/2012; Davis, 1981/2004).

Em alternativa às políticas identitárias e separatistas dos movimentos antirracistas e feministas da época, Kimberlé Crenshaw (1991/2012) propõe ações de resistência às imagens de que a violência contra as mulheres é uma ação legítima dos homens, questionando estrutural e profundamente essa mesma legitimidade. Crenshaw (1991/2012) mostra que essas ações em vez de criarem espaços de ação e liberdade nas populações negras colocam as mulheres em situações de maior opressão. Para além disso, esta autora refere que as mulheres negras não podem esperar pelo combate ao racismo para que possam reivindicar as suas vidas livres e sem violência de género. Crenshaw (1991/2012) refere também que não se pode negligenciar as relações que poderão existir entre violência e racismo, se a pertença a determinados grupos sociais aumenta as experiências de opressões concretas para estas mulheres. Segundo a autora, estas ações situadas e comprometidas com o combate à opressão protegem homens e mulheres, protegem, afinal, pessoas.

No que respeita à violência de género, quer o movimento feminista como o movimento antirracista devem utilizar estratégias concertadas no combate às conceções dominantes de violência de género na população negra. Todas as pessoas devem estar alertas para situações de violência e rever os seus lugares de proteção e risco. No entanto, é imperativo a consciência que o impacto de pertencer a determinados grupos sociais pode aumentar a vulnerabilidade de uma pessoa em concreto. Por exemplo, as campanhas sobre violência de género têm mostrado que esta é transversal às configurações do espaço doméstico, como ao tipo de relações na intimidade<sup>8</sup> (Crenshaw, 1991/2012).

---

<sup>8</sup> No entanto, estas mesmas campanhas de sensibilização nos EUA, por exemplo, sobre a violência contra as mulheres não têm visibilizado a pluralidade de mulheres estadunidenses. Esta invisibilidade pode, mais uma vez, ter um custo muito alto para estas mulheres, em nome de políticas falsamente globais e inclusivas, em vez de se reconhecer que as vítimas têm rosto e experiências concretas de vulnerabilidade e opressão (Crenshaw, 1991/2012).

Incluir simbolicamente as mulheres negras nestes discursos, sem uma ação direta e implicada destas mulheres é também uma forma de exclusão. Políticas generalistas de combate à violência de gênero, por exemplo, não ajudarão a compreender e a erradicar a violência contra todas as mulheres. Urge, por isso, adotar políticas interseccionais que visibilizem os outros “ismos” para além do racismo e do sexismo. Do que se fala, então, quando se discutem políticas interseccionais para os grupos em concreto? Do que se fala, especificamente, quando se discutem os corolários da teoria da interseccionalidade na vida concreta das pessoas, nomeadamente, das pessoas trans? E quais as políticas a adotar?

## **1.2. Para além do sexismo e do racismo: outros “ismos” e políticas contra a opressão**

Na década de 1980, Kimberlé Crenshaw (1994) foi a primeira autora a usar o termo “interseccionalidade” (Platero, 2012; Nogueira, 2013; Berger & Guidroz, 2009; Taylor, 2009; Valentine, 2007). Crenshaw refere que as vivências das pessoas marginalizadas são “multidimensionais”. Por exemplo, já não nos fixamos apenas no facto de uma pessoa ser trans, mas também no modo como ser trans se relaciona com a classe social, a idade e a orientação sexual, podendo proteger ou colocar em risco uma pessoa, dependendo dessas pertenças identitárias (Platero, 2012, 2014). Neste exemplo, se nos fixássemos apenas na experiência trans, isolando outros aspetos da sua identidade, limitaríamos a compreensão da complexidade de experiências destes trajetos. As pessoas trans podem não se rever apenas numa pertença identitária, nomeadamente na do gênero, mas podem sentir-se pertencer a diferentes “raças”/etnias, orientações sexuais, nacionalidades, classes, faixas etárias, entre outras pertenças identitárias (Jesus, 2012; Nogueira, 2013; Serano, 2012).

Patrícia Hill Collins (1991), ativista e teórica feminista negra, usa o conceito de “matriz de dominação e sistemas interseccionados de opressão”, conceptualizando que os diferentes eixos de opressão se interseccionam numa matriz na qual se constituem diferentes indivíduos em diferentes posições de poder. Esta imagem possibilita uma leitura da interação e da interdependência de eixos de opressão, apresentando uma visão complexa, onde as pessoas se encontram em diferentes posições de opressoras e oprimidas simultaneamente. A autora também evita a adoção de perspectivas hierárquicas, como historicamente a classe social tem sido para o marxismo e o gênero para o feminismo.

A maior parte das investigações sobre pessoas LGBT tem-se centrado nos gays e nas lésbicas brancos/as e de classe média, o que não representa as experiências da diversidade humana (Carneiro, 2013; Clarke, Ellis, Peel & Riggs, 2010; Nogueira & Oliveira, 2010). Os estudos que analisaram as vivências e as experiências das pessoas LGBT a partir da teoria da interseccionalidade referem que os/as jovens LGBT pobres estão mais vulneráveis a problemas de saúde, mais expostos/as à violência e mais suscetíveis de se prostituírem do que aqueles/as jovens LGBT que vivem em famílias ou meios sociais mais favorecidos (e.g., Nogueira & Oliveira, 2010). Para além disso, as experiências de discriminação e, por sua vez, as implicações e resistências das lésbicas são diferentes das dos gays (Coll-Planas, 2012), especialmente quando rompem as normas de género.

Segundo uma perspetiva interseccional, nem sempre as pessoas trans circunscrevem um carácter de inevitável maior vulnerabilidade (com as suas variadas pertenças) comparativamente a outras pessoas (Missé, 2014).

No entanto, não hierarquizando opressões, em determinadas sociedades e contextos históricos, algumas dessas mesmas opressões podem adquirir um carácter de maior vulnerabilidade (e.g., situação de crise económica) (viviane v., 2014). De facto, nas sociedades ocidentais as pessoas trans (que podem também ser gays, lésbicas, bissexuais, assexuais ou rejeitarem qualquer identidade associada à orientação sexual) tendem a encontrar-se em situações de maior vulnerabilidade social e, conseqüentemente, estigmatização e discriminação do que as lésbicas, os gays, e/ou outros grupos sociais (Coll-Planas, 2012; Costa, Pereira, Oliveira & Nogueira, 2010; TGEU, 2015).

A teoria da interseccionalidade pressupõe que as opressões estão inter-relacionadas e que o seu impacto é multiplicativo e não somativo ou aditivo. Baseia-se na ideia de que a interseção dos diferentes eixos de opressão cria concretas e complexas experiências de discriminação (e não apenas a soma de discriminações isoladas) (Nash, 2008; DeFrancisco & Palczewski, 2007; Coll-Planas, 2012; McCall, 2005; Nogueira, 2013). Por outras palavras, as pessoas trans podem-se sentir pertencer a determinada classe social, condição funcional, nacionalidade, idade, etc. Estas pertenças “identitárias” configuram-se e dão origem a matrizes concretas de opressão (Coll-Planas, 2012).

Algumas pertenças identitárias podem acrescentar vulnerabilidade à experiência trans, nomeadamente a sua pertença a determinada “raça”/etnia, orientação sexual, ao facto de não desenvolverem estratégias de “*passing*”<sup>9</sup> (Ferreira, 2014; Pelúcio, 2006) e saírem de casa (ou serem mesmo expulsas) pelo seu coming out à família (Ferreira, 2014; Lev, 2004; Money, Clarke & Mazur, 1975).

Mais: algumas pessoas trans têm vindo a ser violentadas não só fisicamente, mas também de forma psicológica e institucional (e.g., não reconhecimento dos seus direitos, nomeadamente, na alteração do nome e do sexo no registo civil no Brasil); outras têm vindo a tentar o suicídio, ainda muito jovens; e outras (não em pequeno número) têm sido assassinadas (e.g., Brasil, Portugal, Turquia). Este contexto histórico, social e político de opressão tem condicionado a que poucas pessoas trans cheguem à velhice e a que, se aí chegadas, sejam consideradas verdadeiras sobreviventes (Fernández-Rouco, Sánchez & González, 2012; Lopes, 2015; Witten, 2004). Quando estas sobrevivem, podem sofrer o impacto do envelhecimento nas suas vidas (Antunes, 2010; Lopes, 2015), principalmente quando estas são trabalhadoras sexuais.

Face ao exposto, problematizam-se em seguida as políticas que devem ser adotadas de combate à opressão.

O contexto histórico tem influência na adoção das políticas identitárias e estas têm possibilitado construir grupos e movimentos. A construção de uma identidade pode também ser vista como uma forma de resistência para muitos grupos oprimidos (Crenshaw, 1991/2012; Platero, 2012).

Contudo, o conceito de política interseccional evidencia o quanto as políticas identitárias, ao não atenderem às pertenças interseccionais de uma pessoa em concreto, invisibilizando essas pertenças, podem produzir um desempoderamento interseccional de cada movimento, porque tenta combater cada opressão de forma separada (Crenshaw, 1991/2012). Dito de outro modo, o conceito de política interseccional pretende visibilizar e reivindicar lutas interseccionais (e.g. mulheres trans negras). As políticas identitárias tendem a assumir uma única pertença identitária de um grupo. Quando as políticas identitárias não reconhecem as potencialidades das alianças entre movimentos diversos e de intenções de combate

---

<sup>9</sup> O “*passing*” ou “passabilidade” pode ser entendido como a perceção de outras pessoas de que a pessoa não é trans. Refere-se, neste caso, às pessoas que sendo trans passam por não trans.

a discriminações múltiplas, acabam por reproduzir um desempoderamento interseccional, porque cada grupo atuará no combate à opressão do seu grupo, como se as opressões não estivessem interseccionadas.

Exemplo de políticas exclusivamente identitárias é o que tendencialmente se encontra no movimento antirracista e que tende a incluir na sua agenda estratégias de combate ao racismo contra homens negros. O sexismo inclui na sua agenda estratégias de combate ao sexismo contra as mulheres brancas e, de forma complementar, o movimento socialista tende a incluir na sua agenda estratégias de combate ao classismo contra homens operários. Neste exemplo, estas situações invisibilizam as mulheres negras e pobres, enquanto potenciais sujeitos políticos destes três movimentos (Crenshaw, 1991/2012).

Também o movimento LGBTQIA+<sup>10</sup>, ainda que incorpore realidades plurais, nem sempre estas se vislumbram com alianças comprometidas e segundo perspectivas interseccionais (Curiel; 2013; Saraiva, 2014). Aliás, a história do movimento LGBT tem um passado de múltiplas invisibilidades e exclusões das pessoas trans da sua agenda e na sua reivindicação política. Este espaço que poderia ser um espaço de conforto e de garantia, muitas vezes representou (e continua a representar em determinadas formações combativas no domínio LGBTQIA+) um espaço de variados conflitos de quem poderia ter acesso e em que moldes ao reconhecimento de direitos, determinando quais os corpos, pessoas e identidades pertenceriam a este movimento e quais os/as que seriam excluídos/as (Platero, 2012). A título ilustrativo, pode-se referir o facto de que as leis, na maior parte dos países, dentro da sigla LGBT têm privilegiado os gays (e por acrescento as lésbicas e as pessoas bissexuais) em detrimento dos direitos das pessoas trans (STP, 2015).

Na atualidade, como se podem compreender as políticas identitárias, quando se reconhece que as pessoas têm múltiplas pertenças? Qual o impacto na vida concreta das pessoas, e em especial das pessoas trans, na adoção de políticas identitárias em detrimento das políticas interseccionais e vice-versa? (Crenshaw, 1991/2012; Platero, 2012; Bachiller, 2012).

---

<sup>10</sup> Esta sigla é utilizada para referir o conjunto de pessoas que podem ser representadas no movimento LGBT de forma mais alargada e “atual”, visibilizando muitas outras identidades ou recusa a elas no próprio movimento LGBT que se pretende plural e visível. As siglas LGBTQIA+ utilizam-se para referência a pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais.

Segundo Teresa De Lauretis (2000) as pertencas identitárias não constroem em separado a nossa identidade social, e por isso políticas separatistas não devem ser adotadas como políticas de transformação social. Sem negar a pertença a cada uma delas, a partir de uma perspectiva crítica feminista é fundamental nomeá-las, afirmá-las, reivindicá-las, e ultrapassá-las para se poder discutir além das suas perspectivas essencialistas e separatistas (Solá, 2013), adotando uma política feminista de aliança com outros movimentos de combate a outras discriminações.

Uma possível abordagem (a adotada neste trabalho) é a que postula que os estudos de género e feministas possam interagir com os estudos sobre sexualidade, enformados em perspectivas construcionistas, evitando assim reduzir os discursos de género a perspectivas essencialistas do que é “ser homem” e/ou do que é “ser mulher”. Acrescentando, do que é construir-se como pessoa. Da mesma forma que, ao estudar as sexualidades não normativas sem um cunho feminista e interseccional, poder-se-á reduzir as orientações sexuais e identidades de género não normativas a algo essencialista e não atender à (des)construção de sexualidades e identidades plurais (Carvalho, 2014).

A negociação entre políticas identitárias e políticas interseccionais implicará um exercício de risco: o risco de reconhecer a complexidade e as tensões que incorpora esta negociação; o risco de reclamar reflexões dentro da própria crítica e autocrítica; o risco de identificar e questionar os nossos lugares de privilégios (viviane v., 2014); o risco de identificar vulnerabilidades e construir sobre e, com elas, espaços de alianças (Bachiller, 2012). O risco de uma viagem, e as marcas que, inevitavelmente dela passam a surgir, já que a partir desta viagem se entra no mundo das vidas concretas de quem tem sido historicamente oprimido/a.

### **3.2. Feminismo trans<sup>11</sup> , suas políticas e considerações finais**

O feminismo trans aparece, pela primeira vez, nos EUA como uma “nova” corrente do feminismo na década de 1990 (Kaas, 2013). Em Espanha, o conceito apareceu pela primeira vez em 2000 nas Jornadas Feministas Estatais de Córdoba (Platero, 2014; Solá, 2013).

---

<sup>11</sup> Transgénero, Queer, Intersexo, Assexuais e o símbolo “+” representa um conjunto de configurações de pertencas identitárias várias ou de recusa a elas, é o chamado “etc.”. Usar-se-á, preferencialmente, o termo feminismo trans, em detrimento do conceito de transfeminismo, porque há autores/as que consideram este último conceito como um movimento separado do movimento feminista. Não é essa a perspectiva que se pretende manter neste texto. Partilha-se da perspectiva que feminismo trans é uma outra corrente dentro do movimento feminista. Dito de outra forma, estes conceitos às vezes são usados de forma diferente: quando se reconhece que feminismo trans é uma outra corrente dentro do movimento feminista, enquanto transfeminismo é .

Em 2009, na Europa, ainda não se tinha consubstanciado o manifesto para a insurreição transfeminista, mas é precisamente neste ano que em Granada decorrem umas jornadas que dão um novo impulso às discussões e partilhas sobre feminismo trans e se alarga a crítica em torno da questão sobre quais os sujeitos políticos do feminismo (i.e. pessoas trans) (Sentamans, 2013).

No Brasil o feminismo trans começou a dar os primeiros passos em 2010, no entanto ainda está num processo de construção, através da produção teórica e da organização e intervenção social (Jesus, 2012). Acrescenta-se que o surgimento do feminismo trans no Brasil teve particular importância, pelo facto de este país, ser um dos países onde se cometem mais crimes de ódio motivados pela transfobia (Jesus, 2012; TGEU, 2015). Este movimento traz visibilidade e apoio para o movimento e para as pessoas que se revejam nele. A criação deste movimento permitiu que as pessoas se organizassem coletivamente de forma a reconhecerem os seus direitos e a combater situações de transfobia. O feminismo trans é importante em qualquer país, já que o reconhecimento dos direitos fundamentais deve ser para todas as pessoas, no entanto num país em que se mata mais pessoas trans no mundo (TGEU, 2015), o surgimento desta corrente tem sido defendida como decisiva para o combate à violência transfóbica e a crimes de ódio motivados pela transfobia. Para além disso, o movimento trans no Brasil, a partir do ativismo de algumas travestis, tem possibilitado um crescente reconhecimento de direitos para as pessoas trans.

Em Portugal pode-se referir que o movimento político e científico feminista trans tem sido escasso, existindo apenas alguns trabalhos científicos produzidos e alguma ação política sobre o tema (Rodrigues, Carneiro & Nogueira, 2015). O feminismo trans emerge da necessidade de reconhecer às pessoas trans a possibilidade de protagonizarem as suas próprias histórias (Freitas, 2005) dentro do movimento feminista. Isto porque, quer o movimento feminista *mainstream*<sup>12</sup>, quer uma parte muito significativa do movimento LGBT detêm uma história e um presente de exclusão das pessoas trans da sua agenda e da intervenção política (Alves, 2012).

---

12 Acolhido como um movimento à parte do feminismo. Apesar de se assumir esta diferença no presente trabalho, alguns/as autores/as consideram os termos, feminismo trans e transfeminismo como análogos (Kaas, 2013). Também definido como feminismo tradicional e institucional. Quando se utiliza a designação de feminismo *mainstream* ou institucional não se pretende desvalorizar o próprio movimento feminista. Tal designação remete, unicamente, para uma tentativa de apresentar as diferenças entre as várias correntes feministas e também uma tentativa de autocrítica de forma a reconhecer o feminismo como um movimento plural, que se constrói revendo, constantemente, os lugares que as pessoas vão assumindo no mundo.

Dito de outra forma, o feminismo trans surge, assumidamente, para tentar desconstruir o feminismo *mainstream* de base biologizante<sup>13</sup> (Curiel, 2013; Saraiva, 2014) e as suas tensões para reconhecer também as mulheres trans dentro do próprio movimento feminista (Carvalho, 2014).

Assim, face à discriminação das pessoas trans no seio do movimento feminista e da sua invisibilidade no movimento LGBT, o feminismo trans emergiu como uma corrente do feminismo (Curiel, 2013) que reivindica a visibilidade, a autonomia e a emancipação das pessoas trans, opondo-se à estrutura ideológica que marginaliza este grupo social: o cissexismo<sup>14</sup>. Este termo tem sido usado principalmente no feminismo trans que pretende referir-se ao sistema que privilegia as pessoas cis<sup>15</sup> (não trans) em detrimento das pessoas trans (Cabezas, Ortega & Galán, 2013; Alves, 2012; Platero, 2014). O cissexismo pode ser definido também como formas de sexismo que consideram as identidades de género de pessoas trans como menos legítimas do que as das pessoas cis (Serano, 2012).

O cissexismo manifesta-se, por exemplo, no modo como os indivíduos, as organizações não-governamentais e entidades públicas desvalorizam as experiências das pessoas trans nas suas identidades de género/sexo, nas formas de discriminação que podem enfrentar no mercado de trabalho e nos serviços de saúde, e na sua (maior) vulnerabilidade a diferentes tipos de violência (Serano, 2012).

O feminismo trans é um movimento político e de produção teórica crítica que discute a autodeterminação e legitimidade dos corpos e das identidades trans (Missé, 2014; Moreira, 2014; Ramos, 2009), construindo alianças e visibilidade das experiências trans, assumindo um compromisso contra qualquer tipo de discriminação (Jesus, 2014).

---

13 Segundo Linda Nicholson (1990) o feminismo *mainstream* tem adotado uma perspetiva essencialista ao nomear a categoria “mulher” como natural e estável.

14 Este termo foi cunhado no feminismo trans. No entanto nem todas as pessoas reconhecem este termo. Em vez deste conceito usam o termo transfobia.

15 São pessoas cuja designação do sexo aquando do nascimento corresponde aquela que a pessoa se sente pertencer. Dito de outra forma, cis ou (cis)género é um conceito que pretende definir as pessoas não trans, ou seja, pessoas em conformidade entre o sexo e o género. Este conceito, apesar das diferentes críticas na assunção do mesmo, foi criado como referencial para que as identidades trans não se configurassem como abjetas, já que não havendo uma categoria equivalente, as pessoas não-trans seriam a norma, enquanto as pessoas trans seriam a exceção (Moreira, 2014). Assumindo um posicionamento de que as categorias devem ser desconstruídas, em vez de as assumir de forma acrítica, é importante tendo em conta determinado contexto e de ação coletiva o reconhecermos do impacto destas categorias nas vidas das pessoas, criando ações de rutura e contra o sistema.

O feminismo trans procura transformar o pensamento e movimento feminista, empreendendo um contributo fundamental para a leitura da opressão baseada na desigualdade de género e não de sexo (Jesus & Alves, 2010), apresentando uma agenda que reúne um conjunto de reivindicações e lutas várias, fundadas nos princípios de igualdade de género e de justiça social. Destas reivindicações damos conta seguidamente.

Em primeiro lugar, embora o feminismo trans reconheça que há pessoas trans que desejam viver de acordo com o binarismo de género, este reivindica a desconstrução de tal binarismo de género (contributo fundamentalmente oriundo de perspetivas teóricas *queer*), numa recusa assumida com a ideia bio-essencializada de “se ser mulher” e de “se ser homem” (Lopes, 2015; Solá, 2013). Os/as feministas trans sustentam, ao invés, que as pessoas trans não são imitações das mulheres e homens “reais” (mulheres e homens cis) (Alves, 2012; Kaas, 2013). O feminismo trans acrescenta que as mulheres trans e homens trans não se transformaram em homens e mulheres. Todas as pessoas são designadas no registo de nascimento como homens e como mulheres e constroem-se ao longo da vida como mulheres ou como homens (correspondendo ou não às expectativas sociais) ou rompem com essas mesmas construções binárias (Jesus, 2012, 2014).

Este feminismo desconstrói o sujeito político do feminismo, quem tem legitimidade de se assumir e de reivindicar posicionamentos feministas e quais as agendas políticas de um movimento que se pretende progressista (Carvalho, 2014). A partir deste posicionamento é possível reconfigurar os significados de reconhecer mulheres com pénis e homens com vaginas (Jesus, 2012), por exemplo.

Em segundo lugar, está incluída na agenda feminista trans a despatologização das identidades trans. Com efeito, o feminismo trans sustenta a remoção do conceito de patologia (ainda) associado às transexualidades e às restantes identidades trans. A remoção da patologia dos manuais de classificações internacionais é integrada neste manifesto feminista, porque o rótulo de doença mental tem limitado a autonomia das pessoas trans, sendo que estas tiveram (e continuam frequentemente a ter) as suas identidades deslegitimadas pelo poder médico, estiveram (e estão muitas vezes) privadas do direito à saúde e de exercer autonomia sobre a gestão das suas identidades (Alves, 2012; Kaas, 2013; Missé, 2014). Por outras palavras, e segundo Aline Freitas (2005) a despatologização também, pelo prisma do feminismo trans, permite às pessoas em geral reconhecerem as pessoas trans como as únicas possíveis de legitimar as suas próprias identidades e corpos

e são estas as protagonistas das suas próprias vidas, resistindo a diferentes poderes (e.g., jurídico, médico e psicológico) (Oliveira, 2014).

O reconhecimento da autodeterminação dos corpos e das identidades trans permite-nos conhecer as implicações das normatividades e expectativas dos corpos e das identidades das pessoas. Com a patologização reduz-se as experiências plurais de trajetos trans, impossibilitando um espaço seguro e de exercício dos seus desejos e das suas vontades (Moreira, 2014).

Em terceiro lugar, uma outra proposta do feminismo trans é o combate à violência cissexista/ transfóbica. O cissexismo é um sistema opressor das pessoas cis sobre as pessoas trans. Reconhece-se que existem discursos cissexistas, isto é, a deslegitimação das identidades trans. O discurso médico que patologiza as identidades trans pode, igualmente, ser considerado um discurso transfóbico e cissexista. Para além disso, o feminismo trans considera pejorativa a expressão homens ou mulheres “biológicos/as” para se referir a homens cis e a mulheres cis, já que homens e mulheres trans também são biológicos/as. Para além disso, o critério para diferenciar as pessoas cis de pessoas trans está mais relacionado com a questão social e não com a questão biológica, apesar de alguns/as trans desejarem a alteração dos seus corpos físicos (Alves, 2012; Kaas, 2013; Serano, 2012).

Em quarto lugar, a agenda feminista trans incluiu a necessidade de dar visibilidade às sexualidades das pessoas trans não heterossexuais. Para além disso, reforça a noção de que a identidade de género não é o mesmo que a orientação sexual, isto porque as pessoas trans, tal como as pessoas cis podem legitimamente ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais, assexuais ou mesmo recusar qualquer pertença identitária relacionada com a atração e/ou desejo sexual (Alves, 2012; Kaas, 2013; Saraiva, 2014) e/ou romântico. Nesta agenda feminista reconhece-se, coletivamente, esse pluralismo e diversidade sexual como primordiais em sociedades inclusivas (Corrêa & Parker, 2011; Saraiva, 2014) e a desconstrução do género e da heterossexualidade dentro dos debates e posicionamentos feministas, não impossibilitando que os debates sobre sexismo invisibilizem os debates sobre o heterossexismo dentro do próprio movimento feminista (Solá, 2013).

A agenda feminista trans incluiu também nas suas reivindicações direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas – uma proposta mais emancipadora é o alargamento dos direitos sexuais e reprodutivos para homens trans <sup>16</sup>, tal como para mulheres cis se reivindica o direito ao aborto. Ao não incluir homens trans nos direitos sexuais e reprodutivos reforça-se a ideia da “biologização” dos corpos femininos e masculinos, como se só mulheres pudessem engravidar e homens não. Nesta agenda alarga-se os direitos sexuais e reprodutivos para as pessoas trans, não devendo estas serem obrigadas à esterilização como requisito para obter reconhecimento das suas identidades (Alves, 2012). Finalmente, a agenda feminista trans amplia a noção de sujeito político do feminismo, deixando de se remeter apenas para a mulher branca heterossexual, passando a incluir outras mulheres invisibilizadas pelo próprio sistema, tais como as mulheres negras, pobres, idosas, lésbicas e/ou trans (Jesus & Alves, 2010). O alargamento destes discursos e práticas estão marcadamente associados aos debates dentro do próprio movimento feminista, com o alargamento, por exemplo, de algumas correntes feministas (pioneirismo do feminismo negro) para a necessidade de entender o sistema sexo/género e a sexualidade, ampliando a noção de sujeito político do feminismo (Solá, 2013), questões que foram, de resto, já aprofundadas no âmbito deste trabalho aquando da referência à teoria da interseccionalidade, que agora se coloca aqui em jogo por ligação ao feminismo trans.

Assim, o feminismo trans surge como uma corrente capaz de incluir outras pessoas (principalmente as pessoas trans) dentro dos debates feministas, uma vez que algumas perspetivas feministas não têm incluído a realidade de outras pessoas (e.g., trans) na sua agenda e intervenção política (Moreira, 2014). Partilha-se do posicionamento de que a crítica dentro do feminismo negro, muçulmano, trans, etc, tem possibilitado alargar a discussão e potenciar um movimento mais emancipatório e plural. Incluir, também, os “*disability studies*”<sup>17</sup> dentro das abordagens feministas será mais uma forma de alargar as discussões e promover lutas mais emancipatórias e inclusivas no próprio movimento (Moreira, 2014).

---

16 Pense-se no exemplo (não único) do chamado “homem grávido”, Thomas Beatie nos EUA (Goldberg & Thomson, 2009) e o quanto ele é manifestamente uma contrariedade a tais conceções de associação da gravidez exclusivamente às “mulheres”.

17 Os estudos sobre a deficiência ou sobre a diversidade funcional (teoria crip) entendem as corporalidades destas pessoas como não patológicas (Moreira, 2014). As pessoas com sexualidades não normativas e/ou com diversidade funcional têm uma história de patologização, e, por isso, de opressão das suas vidas. São pessoas que necessitam de uma “aprovação” médica que defina o que é normal e anormal (patológico), promovendo “dispositivos de normalização” sobre os corpos e identidades, ditando, inclusive, quais os corpos que podem ser desejados e quais os que podem desejar (Platero, 2013).

Assim, o feminismo trans reforça a discussão feminista sobre um outro aspeto relevante: o de que a opressão, especificamente a que se abriga nos sexismos, está relacionada com outras formas de opressão, tais como o heterossexismo, racismo, classismo, ableísmo entre outras (Serano, 2012).

O feminismo trans possibilita uma ação conjunta de práticas e de teorias dentro do movimento feminista, dando destaque à pluralidade de experiências e de opressões para diferentes pessoas. Além disso, visibiliza os novos desafios num compromisso de resistência e de combate ao sexismo e outras formas de opressão, nomeadamente o cissexismo e o heterossexismo (Solá, 2013).

O feminismo trans reconhece as diferentes identidades (bem como reconhece a possibilidade de recusa de matrizes identitárias) e a pluralidade de corpos como igualmente possíveis e legítimos (e desejáveis). Assim, o feminismo trans não se centra apenas na opressão do sistema opressor “cissexismo”, mas em outros e variados “ismos” (e.g., sexismo, racismo, heterossexismo, ableísmo, ageísmo), reconhecendo que é fundamental não hierarquizar opressões (“legado” do feminismo negro), porém centra a sua discussão na visibilidade das pessoas trans que são subalternizadas pelas pessoas não trans (Jesus, 2012).

O feminismo trans também alerta para a questão do privilégio do “*passing*” (“passabilidade”), expressão que é muito usada no sentido de referir que algumas pessoas trans passam por cis<sup>18</sup> e quanto mais “passável” é menor a probabilidade de poder sofrer de transfobia (Jesus, 2012, 2014), modalidades estratégicas já antes mencionadas neste nosso trabalho. Este conceito está marcadamente relacionado com a noção de corpo abjeto trans e também pelo facto de algumas pessoas trans mostrarem contentamento por serem percebidas como cis. É fundamental reconhecer a legitimidade destes sentimentos de conforto de algumas pessoas trans, uma vez que pode ajudar a reduzir a violência e discriminação que passam. Contudo, importa problematizar o impacto desta ação ao poder reforçar o sistema cissexista.

---

<sup>18</sup> Pode-se fazer um paralelismo com o conceito de homofobia internalizada, não no sentido de responsabilizar as pessoas oprimidas da sua condição de oprimidas, mas no sentido de perceber o impacto que os sistemas opressores têm nas pessoas oprimidas, produzindo nestes discursos internalizados de desvalorização dos seus corpos e identidades. Dito de outra forma, o sistema cissexista faz com que muitas das pessoas trans interiorizem concepções negativas a seu respeito. O agrado/satisfação por serem percebidas como cis é apenas um reflexo disso, deste sistema opressor, que traz, por sua vez, consequências para a própria construção das subjetividades trans, que devem de igual forma serem respeitadas e legitimadas (Missé, 2014; Platero, 2014).

Por exemplo, viviane v. (2014) refere quão frustrante é saber que o seu empoderamento enquanto mulher trans está relacionado com o facto de ela desenvolver estratégias de “*passing*”, de pertencer à classe social média e ser branca.

O feminismo trans é, assim, um movimento político que tem contribuído de modo muito relevante para a desconstrução do binarismo de género e das perspetivas essencialistas; ele reforça o carácter interseccional das opressões; valoriza as lutas políticas e experiências pessoais de pessoas trans; e é um movimento que não se restringe para quem nele quiser participar, possibilitando portanto que nele se envolvam ativamente tanto pessoas que se identifiquem como trans, quanto pessoas que se identifiquem como cis (Jesus & Alves, 2010).

O feminismo trans representa a possibilidade de criar um movimento de e com pessoas de diferentes “raças”, géneros e orientações sexuais (e/ou que se revejam noutras categorias sociais de pertença para além destas), que estejam comprometidas com os valores de justiça social nos vários aspetos da vida em sociedade. Também o feminismo (e neste caso, particularmente o feminismo trans) traz a possibilidade de reinventar novas formas de produção de conhecimento e de movimento político capaz de confrontar os sistemas heterocoloniais (sistemas que tem como pressuposto a valorização da heterossexualidade e dos sistemas coloniais) e a hegemonia do mercado (capitalismo) como os lugares de produção da verdade (Preciado, 2013).

O feminismo trans assume-se como um projeto inacabado, parcial e situado, comprometido com o presente, reconstruindo saberes subversivos, situados, das experiências reais e das memórias de um movimento político que se constrói para além dos saberes institucionais e ao serviço de quem luta pelo feminismo (Solá, 2013), de quem reivindica a justiça social. Tal como refere Platero (2015) numa entrevista já referenciada anteriormente:

*A discriminação segue existindo, às vezes em forma de paternalismo que parece bem-intencionado, outras vezes em forma de diagnóstico médico ou de tutela legal, menos vezes, mas mais dramáticas, na forma de atos violentos. Ao mesmo tempo, cada vez mais há pessoas trans, famílias e profissionais que estão resistindo a este futuro fatalista e constroem outras maneiras de viver. As pessoas trans são muito mais do que as normas que não cumprem.* (¶ 13, tradução livre)

De forma progressista as reivindicações feministas trans mais do que estarem enformadas numa política inscrita nos corpos contra a heteronorma, são aquelas que alertam para o facto de que as práticas radicalmente emancipatórias serão aquelas que assumirem viver com a conceção de que a identidade é efetivamente uma ficção (Butler, 1995, 2008; Carvalho, 2014). Assumir a identidade como uma ficção não se construirá como um processo fácil, mas potenciará uma realidade mais libertadora para as pessoas que mais diretamente rompem com a heteronorma, mas também para as pessoas em geral. Sociedades que respeitem a pluralidade potenciam que as pessoas que vivem nelas sejam mais livres.

### Referências Bibliográficas

- Alves, H. (2012). Introdução ao transfeminismo. *Transfeminismo*. Obtido em: <http://transfeminismo.com/introducao-ao-transfeminismo/>
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.
- Antunes, P. P. S. (2010). *Travestis envelhecem?* Dissertação de Mestrado em Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Obtido em: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=11719](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11719)
- Bachiller, C. R. (2012). Prólogo. *Enmarañadxs en las sexualidades (reflexiones para tiempos de crisis)*. In R. L. Platero (Ed.), *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada. Temas contemporáneos* (pp.9-14). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- bell hooks (1981). *Ain't I a woman: Black Women and Feminism*. London: Pluto Press.
- Berger, M.T., & Guidroz, K. (2009). Introduction. In M.T. Berger & K. Guidroz (Eds.), *The intersectional approach. Transforming the academy through Race, Class & Gender* (pp.1-22). Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Butler, J. (1995). *Conscience Doth Make Subjects of Us All*. *Yale French Studies*, 88, 6-26.
- Butler, J. (2008). A response to Ali, Beckford, Bhatt, Modood and Woodhead. *The British Journal of Sociology*, 59(2), 255-260.
- Cabezas, L. P., Ortega, E., & Galán, J.I.P. (2013). *Adolescentes transexuales en las aulas. Aproximación cualitativa y propuestas de intervención desde la perspectiva antropológica*. In O. Cabrera & L. Cabezas (Eds.), *Transexualidad, adolescencias y educación: miradas multidisciplinares* (pp.189-216). Barcelona, Madrid: Egales Editorial.
- Carneiro, N. S. (2013). *Contra a "Violência de Inexistir": Psicologia Crítica e Diversidade Humana*. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 40-47. Obtido em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/06.pdf>
- Carvalho, N. S. (2014). *Gênero e sexualidade: intersecções em disputa*. In Jaqueline Gomes de Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 69-84). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Clarke, V., Ellis, S., Peel, E., & Riggs, D. (2010). *Lesbian, gay, bisexual, trans and queer psychology: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press. Obtido em: [http://eprints.uwe.ac.uk/11732/6/CHAPTER\\_1.pdf](http://eprints.uwe.ac.uk/11732/6/CHAPTER_1.pdf)
- Coll-Planas, G. (2012). "El circo de los horrores". *Una mirada interseccional a las realidades de lesbianas, gays, intersex y trans*. In R. L. Platero (Ed.), *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada. Temas contemporáneos* (pp. 255-276). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Collins, P. H. (1991). *Black Feminist Thought. Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Londres: Routledge.
- Combahee River Collective* (1977/2012). *Un manifesto feminista Negro*. In R. L. Platero (Ed.), *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada. Temas contemporáneos* (pp.75-86). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Corrêa, S., & Parker, R. (2011). *Sexualidade e política na América Latina: histórias, intersecções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA.
- Costa, C., Pereira, M., Oliveira, J.M., & Nogueira, C. (2010). *Imagens sociais das pessoas LGBT*. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 93-147). Lisboa: CIG.

- Crenshaw, K. (1991/2012). Cartografiando los márgenes. Interseccionalidad, políticas identitarias, y violencia contra las mujeres de color. In R. L. Platero (Ed.). *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada. Temas contemporáneos* (pp.87-122). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Crenshaw, K. (1994). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. In M. Albertson Fineman & R. Mykitiuk (Eds.), *The Public Nature of Private Violence* (pp. 93-118). New York: Routledge.
- Curiel, O. (2013). La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica.
- Davis, A. (1981/2004). *Mujeres, raza y clase*. Madrid: Ediciones Akal, S.A.
- De Lauretis, T. (2000). *Diferencias: etapas de un camino a través del feminismo*. Cuadernos inacabados, 35. Madrid: Horas y Horas.
- DeFrancisco, V.P., & Palczewski, C.H. (2007). *Communicating gender diversity. A critical approach*. Londres: Sage Publications.
- Duclos, N. (1993). Disappearing Women: Radical Minority Women in Human Rights Case. *Canadian Journal of Women and the Law*, 6, 25-51.
- Fernández-Rouco, N., Sánchez, F., & González, R. (2012). Transexualidad y vejez: una realidad por conocer. *Revista Kairós Gerontología*, 15(5), 15-25. Obtido em: file:///C:/Users/Liliana/Downloads/15308-37239-1-SM.pdf
- Ferree, M. M. (2009). Inequality, Intersectionality and the Politics of Discourse: Framing Feminist Alliances. In E. Lombardo, P. Meier & M. Verloo (Eds.), *The discursive politics of gender equality: stretching, bending and policy-making*. Londres: Routledge.
- Ferreira, G. G. (2014). A prisão sobre o corpo trans: gênero e significados sociais. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 108-123). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Fredman, S. (2005). Double Trouble: multiple discrimination and EU Law. *European Anti-Discrimination Law Review*, 2, 13-19. Obtido em: [http://ec.europa.eu/justice/discrimination/files/lawrev2\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/justice/discrimination/files/lawrev2_en.pdf)
- Freitas, A. (2005). Ensaio de construção do pensamento transfeminista. Centro de Mídia Independente.
- Grabham, E. (2006). Taxonomies of Inequality: Lawyers, Maps and the Challenge of Hybridity. *Social and Legal Studies*, 15(1), 5-23.
- Grabham, E., Cooper, D., Krishnadas, J., & Herman, D. (Eds.) (2009). *Intersectionality and Beyond: Law, Power, and the Politics of Location*. Reino Unido: Routledge-Cavendish.
- Jesus, J. G. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Obtido em: [https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989)
- Jesus, J. G. (2014). Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 3-18). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Jesus, J. G., & Alves, H. (2010). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, 11(2), 8-19. Obtido em: <http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150/pdf>
- Kaas, H. (2013). O que é e porque precisamos do transfeminismo. In L. Sakamoto & M. Kubik Mano (Eds.), *A quem pertence o corpo da mulher? Reportagens e Ensaios*, (pp. 103-112). São Paulo: Repórter Brasil.
- Knapp, G. (2005). Race, Class, Gender. Reclaiming Baggage in Fast Travelling Theories. *European Journal of Women's Studies*, 12(3), 249-265.
- Lev, A. I. (2004). *Transgender emergence: Therapeutic guidelines for working with gender-variant people and their families*. New York, NY: Routledge.
- Lopes, F. H. (2015). Agora, as mulheres são outras. Travestilidade e envelhecimento. In J. G. Jesus (Ed.), 2ª edição. *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 171-192). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- McCall, L. (2005). The Complexity of Intersectionality. *Signs: Journal in Culture and Society*, 30(3), 1771-1800.
- Missé, M. (2014). *Transexualidades: Outras Miradas Posíveis*. 2ª Edición. Barcelona, Madrid: egales editorial.
- Money, J, Clarke, F., & Mazur, T. (1975). Families of seven male-to-female transsexuals after 5-7 years: Sociological sexology. *Archives of Sexual Behavior*, 4(2), 187-197.
- Moreira, F. (2014). Não-vidência e transexualidade: questões transversais. In J. G. Jesus (Ed.). *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 125-135). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Nash, J. C. (2008). Re-thinking intersectionality. *Feminist review*, 89, 1-15.
- Nogueira, C. (2001). Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero. *Perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, C. (2013). A Teoria da Interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In A. Brizola, A. Zanella,

- & M. Gesser (Eds.), *Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos* (pp.227-248). Florianópolis: ABRAPSO – NUPPE/CFH/UFSC, 2013.
- Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Introdução: Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 9-17). Lisboa: CIG.
- Oliveira, A. L. (2014). Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 87- 105). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Pelúcio, L. (2006). *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da aids*. São Paulo: Annablume.
- Platero, R. L. (2012). Introducción. La interseccionalidad como herramienta de estudio de la sexualidad. In R. L. Platero (Ed.), *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Temas contemporáneos (pp. 15-72). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Platero, R. L. (2013). Una mirada crítica sobre la sexualidad y la diversidad funcional: Aportaciones artísticas, intelectuales y activistas desde las teorías tullidas (crip) e *queer*. In M. Solá & E. Urko (Eds.), *Transfeminismos: Epistemes, fricciones y flujos* (pp. 211-223). Tafalla: txalaparta
- Platero, R. L. (2014). *Trans\*sexualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: edicions bellaterra.
- Platero, R. L. (2015). Entrevista a Raquel (Lucas) Platero. Burgosdigital. Obtido em: <http://burgos-dijital.blogspot.pt/2015/05/entrevista-raquel-lucas-platero.html?spref=fb>
- Preciado, B. (2013). Prólogo: Decimos revolución. In M. Solá & E. Urko (Eds.), *Transfeminismos: Epistemes, fricciones y flujos* (pp. 9-13). Tafalla: txalaparta.
- Puar, J. (2007). *Terrorist Assemblages: homonationalism in queer times*. Durham: Duke University Press.
- Ramos, J. (2009). En busca de la esencia perdida. Las identidades desde una perspectiva trans. Obtido em: [http://feministas.org/IMG/pdf/Juana\\_Ramos.pdf](http://feministas.org/IMG/pdf/Juana_Ramos.pdf)
- Rodrigues, L., Carneiro, N. S., & Nogueira, C. (2015). Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise. In Jaqueline Gomes de Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 151-170). 2ª Edição. Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Saraiva, M. S. (2014). Gênero e orientação sexual: uma tipologia para o movimento transfeminista. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 43-68). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Sentamans, T. (2013). Redes transfeministas y nuevas políticas de representación sexual. Diagramas y flujos. In M. Solá & E. Urko (Eds.), *Transfeminismos: Epistemes, fricciones y flujos* (pp. 31-44). Tafalla: txalaparta.
- Serano, J. (2012). Trans feminism: there's no conundrum about it. Obtido em: <http://msmagazine.com/blog/2012/04/18/trans-feminism-theres-no-conundrum-about-it>
- Solá, M. (2013). Introducción: Pre-textos, con-textos y textos. In M. Solá & E. Urko (Eds.), *Transfeminismos: Epistemes, fricciones y flujos* (pp. 15-27). Tafalla: txalaparta.
- STP (2015). Día Internacional de Acción por la Despatologización Trans. Obtido em: <http://www.stp2012.info/old/pt>
- Taylor, Y. (2009). Complexities and complications: Intersections of class and sexuality. *Journal of Lesbian Studies*, 13(2), 189-203.
- TGEU (2015). Trans Murder Monitoring 2015. Obtido em: <http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>
- Valentine, D. (2007). *Imagining transgender. Na ethnography of a category*. Durham: Duke University Press.
- viviane v. (2014). É a natureza quem decide? Reflexões trans\* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 19-41). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Witten, T.M. (2004). Life course analysis: The courage to search for something more: Middle adulthood issues in the transgender and intersex community. *Journal of Human Behavior in a Social Environment*, 8(3-4), 189-224.
- Yuval-Davis, N. (2006). Intersectionality and feminist politics. *European Journal of Women's Studies*, 13(3), 193-209.